PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 2012
Do Sr Luiz Argolo

Susta os efeitos da Resolução do CONTRAN nº 396, de 13 de dezembro, de 2011, que “Dispõe sobre requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores, reboques e semirreboques, conforme o Código de Trânsito Brasileiro”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam suspensos os efeitos da Resolução do CONTRAN nº 396, de 13 de dezembro, de 2011, que “Dispõe sobre requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores, reboques e semirreboques, conforme o Código de Trânsito Brasileiro”.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor a partir de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Resolução do CONTRAN nº 396, de 2011, revogou a Resolução nº 146, de 27, de agosto de 2003, a qual foi aprimorada ao longo dos anos com alterações trazidas pelas Resoluções nº 165/2004, 214/2006 e 340/2010. A nova resolução altera a que foi revogada basicamente na forma, porém, trouxe uma medida que nos parece prejudicial: a retirada da exigência de sinalização indicativa da existência de medidores eletrônicos de velocidade nas vias.

Consideramos que essa medida revela-se oportunista, com vistas a aumentar a arrecadação dos órgãos de trânsito, em detrimento da transparência dos meios de fiscalização dos condutores, e da educação de trânsito. Deve-se lembrar que as placas de sinalização indicativa da fiscalização de trânsito divulgavam também a velocidade limite estabelecida para a via, o que se afigurava uma informação muito educativa.

Sobre essa medida contida na Resolução nº 396, de 2011, de negar a informação sobre a presença da fiscalização, é necessário lembrar que a ação do Poder Público vale-se do sigilo apenas em casos de suspeita concreta, não como uma ferramenta de amplo espectro.

Ademais, há de se considerar que está prevista no Código de Trânsito Brasileiro a possibilidade de o condutor defender-se de autuações mediante recurso contra infração. Caso o local em que supostamente houve a infração não seja sinalizado com placas indicativas de fiscalização eletrônica, a defesa do condutor poderá ficar prejudicada e o seu direito comprometido.

Tendo em vista que a Resolução nº 146, de 27 de agosto de 2003 atende devidamente às necessidades de transparência na fiscalização e de educação de trânsito, e para que ela não seja revogada, propomos, com este projeto de decreto legislativo, sustar os efeitos da Resolução nº 396, de 13 de Dezembro de 2011

Sala das Sessões ,em 21 de Março de 2012

Deputado LUIZ ARGOLO